



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Pesquisa da UFABC

Ata Nº 001/2025/COPES

1 Ata da I Reunião Ordinária da Comissão de Pesquisa da UFABC (Copes/UFABC), realizada no
2 Auditório Carlos Chagas, Bloco L, 3º andar, no campus de Santo André, às quatorze horas do dia
3 doze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. A reunião foi presidida por Wagner Alves Carvalho,
4 e contou com a participação de Fabio Furlan Ferreira, Patrícia Teixeira Leite Asano, Lídia Pancev
5 Daniel Pereira, Carolina Moutinho Duque de Pinho, Fábio Danilo Ferreira, Juliana Marchi, Vinicius
6 de Andrade Oliveira, Luciano Soares da Cruz, Jorge Diego Marconi, Carlos Alberto Kamienski,
7 Silvia Honda Takada, Alessandra Batista, Felipe Augusto Anon da Silva e Lucas Trombeta.
8 Justificaram ausência: os representantes da PROGRAD, Marcelo Salvador Caetano e Fernanda
9 Graziella Cardoso (suplente), e o representante titular da PROEC, Edson Pinheiro Pimentel.
10 Wagner agradeceu as presenças e, previamente aos informes, esclareceu e reiterou junto aos
11 membros e ouvintes as regras de condução das reuniões, visando um melhor andamento das
12 discussões, conforme regimento da Comissão. Ele explicou que passaria a ser adotado o controle
13 de tempo dos informes, limitados a 3 minutos por informe, também como modo de otimizar o
14 ritmo e a condução das reuniões, embora não haja menção a isso no regimento da Comissão.
15 Wagner iniciou os informes apresentando dados das chamadas Finep 2024 já aprovadas: Pró-
16 Infra Expansão, Pró-Infra Recuperação e Pró-Infra Recuperação e Expansão de Acervos. Os
17 recursos referentes a essas chamadas serão liberados em breve, aguardando apenas a aprovação
18 da LOA. Ele informou que, no início de 2025, houve reedição de duas chamadas: Pró-Infra
19 Expansão e Centros Temáticos. Para as submissões a essas chamadas, Reitoria e Propes
20 realizaram reunião com a Finep, visando esclarecer dúvidas e estabelecer o limite de propostas
21 que poderiam ser submetidas; na sequência, a Propes organizou reunião com os interessados
22 para promover a articulação dos pesquisadores para elaboração das propostas. Wagner
23 informou sobre a orientação da Reitoria quanto à necessidade de vinculação das propostas
24 referentes à chamada Pró-Infra Expansão às demandas da Unidade Tamanduatehy. Desse modo,
25 na reunião entre os pesquisadores, houve discussão somente da chamada Centros Temáticos,
26 sendo identificadas três propostas para Centros Emergentes. A Propes realizou reunião com os
27 possíveis coordenadores dessas propostas. As informações foram encaminhadas à Reitoria, e
28 Wagner informou que a Propes faria nova reunião com o Reitor para finalizar os
29 encaminhamentos para submissão dessas três propostas. Wagner informou sobre a visita do
30 CONCEA, a ocorrer em 27/03/2025, no campus de São Bernardo do Campo. A CEUA estará
31 representada por sua presidente, Silvia Honda Takada. Reitoria e Propes serão representadas
32 pelos pró-reitores de pesquisa. Wagner abriu a palavra para os informes dos membros. Carlos
33 solicitou à presidência que sejam trazidos mais assuntos relevantes, em âmbito institucional,
34 para serem tratados no âmbito da Copes, de modo a torná-la ainda mais representativa e
35 fortalecer sua atuação. Ele citou como exemplo a possibilidade de as discussões referentes às
36 chamadas Finep serem feitas no âmbito da Copes. Felipe trouxe notícia relativa à CCM, a pedido
37 da coordenação, informando que, em parceria com o NTI, os técnicos conseguiram ativar o
38 monitoramento do *nobreak* do IceCube, possibilitando aferir e disponibilizar dados como
39 consumo energético e temperatura de operação, trazendo, assim, mais estabilidade à estrutura

40 computacional da UFABC. **Ordem do dia.** 1) Aprovação da Ata da VI reunião ordinária de 2024,
41 realizada em 04/12/2024. A ata foi aprovada com 3 (três) abstenções. 2) Homologação dos
42 pedidos de participação em PD voluntário - Dez./24 e Jan./25. Os deferimentos foram revisados
43 e homologados. **Expediente.** 1) Revisão dos §§ 1º e 2º do art. 5º da Resolução Copes nº 005 -
44 Normas do Estágio Pós-Doutoral. Wagner fez breve introdução e passou a palavra a Alessandra
45 para contextualização dos membros. Ela explicou que o texto precisava de revisão pontual,
46 devido a um conflito de regramentos entre a resolução da Copes e as normas da CAPES,
47 referentes à concessão e cadastro de bolsas de pós-doutorado. Alessandra apresentou a
48 proposta de unificação da matéria sob a alçada da PROPG. Wagner abriu a discussão pedindo
49 inicialmente a contribuição de Patrícia, representante da PROPG, dado se tratar de matéria do
50 interesse direto dessa pró-reitoria. Patrícia manifestou concordância com a proposta. Carlos
51 levantou dúvida quanto à pertinência em manter o art. 5º no texto, num cenário em que o fluxo
52 passa a ser todo realizado pela PROPG. Felipe e Carlos propuseram, então, a exclusão do art. 5º,
53 e Felipe reiterou o papel da CPG como órgão adequado para realizar eventuais adequações aos
54 fluxos sendo seguidos pela PROPG no tocante aos editais de bolsa de pós-doutorado. Patrícia
55 novamente manifestou sua concordância em nome da PROPG. A comissão optou pela exclusão
56 do art. 5º e seus parágrafos. Wagner propôs elevar o item à Ordem do dia, e deu início à votação.
57 Os membros concordaram com a elevação do item. Com o item na Ordem do dia, Wagner abriu
58 a votação para aprovação do texto, desde que realizadas posteriormente, pela secretaria da
59 Copes, a revisão completa do teor para aferir se a exclusão do artigo causaria qualquer problema
60 de coesão textual; sendo esse o caso, os membros seriam comunicados. A proposta de revisão
61 da resolução foi aprovada unanimemente. 2) Minuta de revisão da Resolução Consepe nº
62 127/2012. Wagner iniciou a discussão solicitando aos membros a proposição de novas sugestões
63 de revisão para além das já indicadas no documento *online* compartilhado. Ele abriu a palavra
64 aos membros. Carolina pontuou que, na etapa atual das discussões, ainda não constava a análise
65 dos demandantes da revisão acerca das sugestões já propostas e a indicação de quais delas foram
66 acatadas ou não. Com isso, ela propôs que fosse realizada essa análise, para que o texto passasse
67 a um relator na sequência. Carolina e Carlos propuseram que a presidência da Copes assumisse
68 o encargo de demandante da revisão. A presidência acatou as sugestões e reabriu a discussão.
69 Carlos e Diego levantaram dúvidas quanto à dinâmica da análise das sugestões, e Diego propôs
70 uma discussão artigo por artigo. A sugestão foi acatada pela comissão. Alessandra pontuou que
71 o uso, no art. 1º, do termo “Biotérios” de modo genérico, no âmbito dos biotérios sob
72 responsabilidade da Propes, poderia ser mantido no texto, considerado o fato de que somente
73 os biotérios geridos pela Propes são LMU configurados como unidades administrativas, ou seja,
74 unidades providas de equipe técnica subordinada a uma chefia, a qual é designada mediante
75 atribuição de Função Gratificada (FG), o que não se aplica aos demais biotérios da instituição,
76 instalados em LGP. Ela explicou que os biotérios da Propes abarcam tanto as atividades de
77 produção e manutenção como também as de utilização. Carlos reiterou a primazia de uma
78 resolução sobre dispositivos como portarias, indicando não haver impeditivo para que o novo
79 texto da resolução traga nome divergente daquele registrado para os biotérios da Propes no
80 organograma institucional. Vinicius reiterou a inadequação do termo específico “Biotérios de
81 produção e manutenção” para se referir aos biotérios da Propes, explicando que os protocolos
82 experimentais que são realizados nesses laboratórios se caracterizam como utilização. Ele disse
83 que, diante disso, é necessário que o nome a ser utilizado na resolução seja mais amplo,
84 abarcando os três tipos de atividade realizadas. Carlos e Diego propuseram que a especificação
85 ocorresse, então, no trecho que se refere aos biotérios instalados em LGP. Fábio Ferreira sugeriu
86 que o texto trouxesse certa especificação no caso dos biotérios LMU também, e sugeriu
87 “Biotérios da Propes” como modo de explicitar a diferença. Vinicius propôs realizar essa

88 diferenciação por meio de parágrafos que definiriam os tipos de atividades realizadas em
89 biotérios LMU e biotérios instalados em LGP. Diego pontuou a importância de haver mecanismos
90 para que a transformação de determinado LGP em biotério passe por um fluxo adequado que
91 abarque a ciência do Centro e história da CEUA. Carlos apresentou seu entendimento de que a
92 determinação das normas de utilização dos LMU deveria ser realizada pela Copes e, retomando
93 a discussão quanto à nomenclatura dos biotérios LMU, voltou a problematizar o caráter genérico
94 do texto atual. Carolina sugeriu o termo “Biotérios Multiusuário”, como modo de manter a
95 simetria com os demais LMU da Propes, bem como explicitar o principal ponto que diferencia
96 esses biotérios daqueles instalados em LGP. Após discussões da sugestão, a comissão acatou a
97 utilização do nome “Biotérios Multiusuário” para aqueles sob gestão da Propes e, na forma de
98 parágrafos, a definição das atividades realizadas em cada um dos diferentes tipos de biotério
99 (LMU e LGP). Alessandra retomou ponto levantado na reunião anterior para sanar a dúvida
100 quanto ao tipo de apoio técnico que biotérios instalados em LGP precisariam, dada a proposta,
101 trazida pela Direção do CCNH, de que houvesse uma cooperação entre Propes e Centros para o
102 funcionamento adequado dos biotérios LGP, uma vez que eles não dispõem de equipe técnica.
103 Silvia reiterou haver necessidade somente da atuação de um médico veterinário responsável
104 técnico pelo biotério. Carolina pontuou preocupação quanto ao aumento da demanda pelos
105 médicos veterinários lotados na Propes num cenário de implementação de múltiplos biotérios
106 nos LGP. Silvia reafirmou a impossibilidade de implementação de novo biotério sem o acordo
107 prévio junto a um médico veterinário que atuará como responsável técnico no local. Alessandra
108 reforçou o ponto trazido na reunião anterior pelo Diretor do CCNH, quanto à necessidade de uma
109 “responsabilidade compartilhada” entre Propes e Centros, pontuando que, embora os médicos
110 veterinários da instituição estejam lotados na Propes, havendo demanda, eles precisarão atuar
111 junto aos biotérios LGP também. Ela disse que, no cenário atual, isso se mostra possível, pois a
112 carga horária desses profissionais ainda permite a averbação de mais laboratórios. Wagner
113 retomou a questão da elaboração da portaria que estabelecerá esse tipo de fluxo, lembrando se
114 tratar de etapa procedimental posterior à aprovação do novo texto da resolução sob revisão.
115 Carolina problematizou sugestão levantada nos comentários da resolução, quanto à seleção dos
116 coordenadores dos LMU por votação. Com isso, iniciou-se nova discussão entre os membros, e
117 Carolina apresentou seu entendimento de que, sendo os LMU unidades administrativas sob
118 gestão da Propes, a indicação de seus coordenadores é prerrogativa da Propes, como ocorre no
119 caso de todas as demais unidades administrativas abaixo da Reitoria. Patrícia passou a palavra à
120 ouvinte Roseli. Com a palavra, Roseli apresentou seu entendimento de que LMU como as CEMs
121 precisariam de mais coordenadores, dada a expansão significativa desses espaços de pesquisa
122 em relação ao cenário existente em 2012. Fabio Furlan esclareceu pontos sobre o funcionamento
123 da coordenação das CEMs, explicando que se trata de algo mais amplo do que a figura de um
124 coordenador e vice-coordenador, e mencionando o comitê gestor do LMU. Carlos indicou a
125 necessidade de que todos os LMU tivessem comitê gestor, e que seria interessante isso constar
126 no texto da resolução como modo de lançar as bases para que isso possa ser implementado. A
127 comissão concordou em manter o texto que indica nomeação da coordenação dos LMU como
128 prerrogativa da Propes. Carolina sugeriu que a discussão quanto à implementação de comitês
129 gestores para os LMU fosse realizada em reunião futura, mediante proposta de texto pela
130 presidência. Os membros deram já algumas contribuições iniciais a essa discussão, levantando
131 pontos como: a dificuldade para engajar membros para esse tipo de instância, sobretudo
132 considerando que elas não implicam gratificação; a importância desses comitês para tornar a
133 participação da UFABC em chamadas de financiamento mais competitiva com outras instituições;
134 o fato de que a dificuldade de engajar membros não poderá se impor como impeditivo a essas
135 ações. Alessandra propôs retirar do texto a especificação de que o coordenador de LMU precise

136 ser servidor docente. A comissão concordou em manter o texto no Expediente para a próxima
137 reunião, com o indicativo de que, no decorrer da discussão, ele possa ser elevado à Ordem do
138 dia. Nada mais havendo a declarar, às dezesseis horas e vinte e sete minutos, a reunião foi dada
139 como encerrada, da qual eu, Alessandra Batista, lavrei a presente ata, que deverá ser lida por
140 todos os presentes e aprovada (por maioria simples) para posterior divulgação. -----

WAGNER ALVES CARVALHO
PRESIDENTE